

ASPECTOS DE HUMOR E FAVOR EM *AMOR DE PERDIÇÃO*¹*ASPECTS OF HUMOR AND FAVOR IN AMOR DE PERDIÇÃO*Fernando Vidal Variani²

RESUMO: A novela *Amor de Perdição* (1862), de Camilo Castelo Branco (1825-1890), é geralmente classificada como a mais emblemática manifestação do chamado ultrarromantismo português. Considerando alguns aspectos recorrentes na maneira com que a sociedade da virada do século XVIII para o XIX é representada nesta obra, mais especificamente no que tange às relações entre público e privado, buscaremos realizar uma breve reflexão em torno do humor e da ironia enquanto possibilidade crítica dessa sociedade.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa, Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*.

ABSTRACT: The novel *Amor de Perdição* (1862), by the Portuguese writer Camilo Castelo Branco (1825-1890), is often classified as the most emblematic manifestation of Portuguese Ultraromantism. Considering a few recurring aspects in the way XVIIIth and XIXth century Portuguese society is represented in this book, more specifically in what concerns the relation between public and private, this paper attempts to realize a brief reflection about the use of humor and irony to criticize that society.

Keywords: Portuguese Literature, Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*.

No século XIX, Portugal foi palco de diversos conflitos que tinham como base a disputa entre partidários do Liberalismo, influenciados pelas ideias iluministas que culminaram na Revolução Francesa, e os defensores do Antigo Regime que vigorava em Portugal (que só se tornaria oficialmente república em 1910). Embora já reverberassem, especialmente nas universidades portuguesas, os feitos da Revolução Francesa, a propagação das ideias liberais se intensificou no país nas primeiras

¹ Este trabalho foi apresentado no Colóquio O Tempo de Camilo (2012) e orientado pelo Prof. Dr. Antonio Augusto Nery (UFPR).

² Graduando em Letras Português, Bacharelado em Estudos Literários, UFPR.

décadas do século XIX. Para isso contribuíram a invasão liderada por Napoleão, entre 1807 e 1810, e o deslocamento da corte para o Brasil, então colônia, em 1808. Desse período em diante, houve uma tensão constante que resultou em avanços e recuos por parte de liberais, concessões e repressão por parte da monarquia.

A isso devem-se diversos conflitos e episódios ao longo da primeira metade do século, dentre os quais a chamada “conspiração” de Gomes Freire de Andrade em 1817, que prefigura o movimento revolucionário de 1820; a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826; assim como a imposição de D. Miguel como rei absoluto em 1828; e a chamada “vitória liberal”, consagrada pela Convenção de Évora-Monte em 1834. A situação, no entanto, não é estabilizada por completo, mas se estende ao período conhecido como Regeneração, iniciado por uma insurreição militar e pautado na Carta de 1826, o que aumenta a tensão entre diferentes segmentos de liberais, como os mais conservadores (cartistas) e os mais radicais (vintistas), que, mais tarde, acabarão aderindo à luta pela república.

A tensão que sedimenta esses conflitos políticos está relacionada, em diferentes níveis, a paradigmas filosóficos e estéticos postos em questão, instaurados e reformulados ao longo do século. Deste modo, surgem numerosas oposições que, embora não possam ser deliberadamente sobrepostas, como se tratássemos de uma única grande questão, podem de algum modo ser aproximadas na tentativa de compreender temas pertinentes aos grandes escritores portugueses do século XIX. Assim, ao observarmos os textos produzidos no período e as análises que foram feitas a partir deles, encontraremos diversas reflexões em torno de oposições como absolutismo e liberalismo, espiritualismo e materialismo, neoclassicismo e romantismo, romantismo e realismo, positivismo e idealismo, entre outros.

É justamente na primeira metade do século que, no âmbito da história literária, Carlos Reis identifica a chegada da estética romântica a Portugal:

O primeiro Romantismo português é, pois, indissociável de uma matriz ideológica *liberal* e dos valores de que ela se nutre: os valores de liberdade, da igualdade e da justiça social, entre outros. Esses valores são, entretanto, ponderados em diversas orientações políticas, que vão desde o radicalismo vintista até o conservadorismo que, dos anos 40 em diante, gradualmente vai apontando para a “normalização” parlamentarista (ou para a estagnação “rotativista”, se se preferir) cultivada pela Regeneração (REIS, 1993, p. 17).

A sensação de “importação” caracteriza, assim, não apenas a difusão de ideias liberais na sociedade portuguesa do início do século XIX, mas também o uso de modelos de sucesso literário produzidos na Inglaterra e na França, então muito difundidos entre leitores e leitoras portuguesas. Essa questão permeia, por exemplo, a obra *Amor de Perdição* (1962), de Camilo Castelo Branco, eleita a mais emblemática novela passional do chamado ultrarromantismo português, mas que contém, simultaneamente, uma dose muito lúcida de consciência dos enredos, clichês e personagens típicos do modelo importado, assim como da expectativa que ele gera no público familiarizado, com o qual o autor joga constantemente. Esses artifícios fazem com que a obra não se torne uma reprodução banal de modelos europeus, ou resvale no sentimentalismo tolo, mas evita as duas possibilidades por prevê-las de antemão e brincar com elas, gerando assim uma grande dose de humor em meio ao drama novelesco do enredo.

A intuição que orienta este trabalho é a de que a já citada sensação de “importação”, tanto no que concerne aos ideais liberais, quanto no que diz respeito à estética romântica, servem, de alguma forma, como mote humorístico no romance. Como Paulo Motta aponta rapidamente em artigo sobre a obra de Camilo enquanto representação de Portugal é possível notar alguma aproximação com o que Roberto Schwarz denominou “ideias fora do lugar” ao tratar da literatura brasileira do mesmo século. Devemos, entretanto, salientar que no artigo referido é dada maior ênfase às *Novelas do Minho*, produzidas entre 1875 e 1877 e nas quais o contexto representado está mais próximo da metade do século e um pouco adiante. Sobre a suposta “vitória

liberal” e o período que a sucede, Amadeu Carvalho Homem faz a seguinte consideração:

A configuração social do liberalismo português apresenta-nos um remanescente de recorrências históricas que iludem os pressupostos de modernização e de ruptura que seria legítimo esperar. Pesava sobre o país uma *forma mentis* e um trilho de hábitos comportamentais que só a interiorização de valores burgueses avançados, solidamente firmados na livre iniciativa empresarial, poderiam transformar. Mas essa modificação de conteúdos de consciência e de práticas de ação não foi alcançada. [...] O que o liberalismo significou, no exterior, de libertação de forças produtivas, cristalizou, em Portugal, no modesto cadinho de uma simples transferência de título de propriedade. Desta maneira, a triunfante sociedade liberal sedimentou-se ao redor de nobilitados burgueses, na maior parte dos casos de fresca data, os quais ambicionaram para si e para os seus descendentes um nicho seguro e garantido no exército dos servidores do Estado. Alheios a qualquer tradição de iniciativa econômica particular e molecularmente refratários ao risco dos negócios, estes usufrutuários do conservadorismo cartista procuraram as posições mais confortáveis no pequeno mundo da administração pública (HOMEM, 2000, p. 346).

Ao nos voltarmos para *Amor de Perdição*, contudo, é preciso levar em conta que, embora publicado em 1862, portanto em plena Regeneração, a história se passa num período um pouco anterior, na virada do século. A indicação cronológica do casamento de Domingos Botelho com Rita Preciosa (pais de Simão Botelho) é de 1779. A do degredo de Simão para a Índia, de 1807. Essa opção de recorte temporal, que se encerra justamente no ano da invasão francesa, exime do autor a necessidade de representação dos conflitos que viriam em seguida. Deste modo, predomina no romance justamente a sociedade que servirá de base para a recepção e a apropriação das ideias liberais e cuja *forma mentis*, como aponta Amadeu Carvalho Homem, era ainda incapaz de assimilar interiormente os valores burgueses, estando muito ligada a princípios de nobreza, onde predominam a personalidade e o favor.

Isso pode ser notado já em acontecimentos menores no plano geral da narrativa, como o modo como Domingos Botelho conhece a mulher, dama de D. Maria I, que lhe tem alguma estima e em cuja corte se conhecem, ou a rápida, mas cômica, questão da

pedra de armas da família, motivo de discussão entre o então recente casal. E é notável também no ponto central da novela: a impossibilidade de casamento entre Simão Botelho e Teresa de Albuquerque, que se dá por uma richa essencialmente pessoal entre os pais de Simão e de Teresa, cuja origem reside em “motivos de litígio” por Domingos Botelho, corregedor, ter dado sentenças contra Tadeu de Albuquerque, pai de Teresa. Outro pequeno, mas significativo, exemplo é o comentário feito a respeito do corregedor e sua coleção de bacamartes em que Domingos Botelho “era entendido com muito superior inteligência à que revelava na compreensão do *Digesto* e das *Ordenações do reino*” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 19).

A passagem que talvez melhor caracterize a impressão de farsa que há nas relações entre esses magistrados, aplicadores de leis na esfera pública, em função de interesses essencialmente pessoais, é o momento em que Domingos Botelho recebe a notícia de que Simão fora preso pelo assassinato de Baltasar, primo e pretendente de Teresa, e se encontrava sob a custódia do juiz de fora. A esposa e mãe, Rita Preciosa, insinua que Domingos deveria ir à casa do juiz “saber do filho como isto foi”, ao que o magistrado responde veementemente: “eu não sou pai; sou corregedor” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 81). Em seguida, envia um recado ao juiz ordenando que cumpra rigorosamente as leis. Ao responder à esposa sobre seu comportamento, o posicionamento que parecia extremamente ético é desmascarado como movido pela raiva do filho, numa fusão de grande efeito cômico que se inicia com a declaração de sua responsabilidade profissional para se tornar o brado rancoroso de um pai contrariado:

— [...] Que significa esse modo de falar de seu filho?

— Significa que sou corregedor desta comarca, e que não protejo assassinos por ciúmes da filha dum homem que eu detesto. Eu antes queria ver mil vezes morto Simão que ligado a essa família. Escrevi-lhe muitas vezes dizendo-lhe que o expulsava de minha casa, se alguém me desse a certeza de que ele tinha correspondência com tal mulher (CASTELO BRANCO, 1973, p. 81).

A situação se agrava com a chegada do juiz, que vai à casa de Botelho “dar a crer que a balança da justiça na sua mão tremia algumas vezes” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 82). Primeiro discretamente, em tom de desculpas, comunica que apesar de seu esforço era impossível evitar a condenação de Simão. Diante da atitude irresoluta do amigo, o juiz quase pede, apelando ao amor paterno, que possa ao menos proporcionar a Simão um pouco de conforto na prisão. O pai rancoroso afirma novamente que é um magistrado e ordena ao juiz que “faça de conta que o preso Simão não tem aqui parente algum” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 82), mas encerra dizendo: “Cumpra os seus deveres, que lhe ordena o corregedor, e o amigo mais tarde lhe agradecerá a delicadeza” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 83). Mais uma vez, na mesma frase, o corregedor ordena, mas o amigo reconhece a boa vontade e promete uma retribuição futura.

Esse tipo de recurso, que funde discursos de planos supostamente opostos, não ocorre apenas na descrição de relações entre políticos. O próprio Simão Botelho, candidato a herói romântico da narrativa, é algumas vezes atingido por esses jogos. No início da história, quando Simão vai à Universidade de Coimbra, o narrador fornece uma rápida contextualização do momento político de Portugal, assim como observações jocosas sobre a recepção acadêmica das ideias e dos feitos da Revolução Francesa:

A mocidade estudiosa, em grande parte, simpatizava com as balbuciantes teorias da liberdade, mais por pressentimento que por estudo. Os apóstolos da revolução não tinham podido fazer revoar o trovão dos seus clamores neste canto do mundo; mas os livros dos enciclopedistas, as fontes onde a geração seguinte bebera a peçonha que saiu no sangue de noventa e três, não eram de todo ignorados. As doutrinas da regeneração social pela guilhotina tinham alguns tímidos sectários em Portugal, e esses de ver é que deviam pertencer à geração nova. Além de que, o rancor à Inglaterra lavrava nas entranhas das classes manufatureiras, e o desprender-se do julgo aviltador de estranhos, apertado, desde o princípio do século anterior, com as sogas de ruinosos e pérfidos tratados, estava no ânimo de muitos e bons portugueses que se queriam antes aliados com a França. Estes eram os pensadores reflexivos; os sectários da

academia, porém, exprimiam mais a paixão da novidade que as doutrinas do raciocínio (CASTELO BRANCO, 1973, p. 21-22).

É possível até mesmo supor que a empolgação de Simão com essa recepção se dê em certa medida por sua personalidade de jovem violento e encrenqueiro, convencido de sua valentia, empolgado pelas contendas das quais frequentemente saía vencedor. Em dado momento lhe é atribuído o discurso de que “Portugal devia regenerar-se num batismo de sangue, para que a hidra dos tiranos não erguesse mais uma das mil cabeças sob a clava do Hércules popular” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 22). A violência em função de ideias liberais reaparece em um de seus pronunciamentos na praça da universidade: “o discurso ia no mais acrisolado da ideia regicida, quando uma escolta de verdeais lhe aguçou a escandescência” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 22). O modo como se encerra este pequeno episódio é sutil, mas significativamente irônico:

O jacobino, desarmado e cercado entre a escolta dos archeiros, foi levado ao cárcere acadêmico, donde saiu seis meses depois, a grandes instâncias dos amigos de seu pai e dos parentes de D. Rita Preciosa (CASTELO BRANCO, 1973, p. 22).

É curioso notar, além do uso da expressão *jacobino* (nome dado aos rebeldes radicais na França) para se referir a Simão, que ele é solto pela influência política dos pais; e o uso do nome de D. Rita Preciosa, em vez de simplesmente “sua mãe”, que formaria o par natural do modo como o narrador aqui se refere a Domingos Botelho (“seu pai”). Esse uso parece remeter ao início da história, quando tínhamos notícia de que D. Rita Preciosa (apelido que recebera ainda na corte de D. Maria), apesar de não oferecer um grande dote, vinha de uma linhagem muito respeitada por conta de um antepassado general que morrera queimado num caldeirão em batalha contra os mouros. Esse antepassado, do qual Rita se orgulhava, era ridicularizado por Simão,

que zombava das genealogias e do modo curioso como morrera o general. É, porém, por conta desse tipo de influência que Simão acaba sendo libertado.

A fórmula das “instâncias de amigos e parentes” aparece constantemente ao longo da narrativa, não apenas em favor de Domingos Botelho e Rita Preciosa, mas também quando se refere aos interesses de Tadeu de Albuquerque. As entradas e transferências de convento, condenações e atenuantes de pena, entre vários outros pequenos episódios se resolvem e se complicam por conta de interesses opostos que funcionam por esse tipo de recurso.

A representatividade desse processo chega a tal ponto que, ao final do romance, Domingos Botelho parece mais preocupado em vencer o rival na disputa de influências do que em efetivamente salvar o filho da condenação:

No termo de sete meses o tribunal de segunda instância comutou a pena em dez anos de degredo para a Índia. Tadeu de Albuquerque acompanhou a Lisboa a apelação, e ofereceu a sua casa a quem mantivesse de pé a força de Simão Botelho. O pai do condenado, seguindo o assustador aviso que seu filho Manuel lhe dera, foi para Lisboa lutar com o dinheiro e as poderosas influências que Tadeu de Albuquerque granjeara na Casa da Suplicação e no Desembargo do Paço. Venceu Domingos Botelho, e, instigado mais do seu capricho do que do amor paternal, alcançou do Príncipe Regente a graça de cumprir o condenado a sua sentença na prisão de Vila Real. [...] Domingos Botelho, avisado da rejeição do filho, respondeu que fizesse ele a sua vontade; mas que a sua vitória sobre os protetores e os corrompidos pelo ouro do fidalgo de Viseu estava plenamente obtida (CASTELO BRANCO, 1973, p. 120-121).

Talvez seja produtivo mencionar ainda a relação de dever e troca de grandes favores que torna Domingos Botelho, Simão e João da Cruz interligados, de modo que o ferreiro (João da Cruz) e sua filha Mariana representam papéis decisivos no desenvolvimento do enredo. Simão passa um longo período na casa de João da Cruz, na maior parte pagando com o dinheiro de sua mãe, mas mesmo quando se vê totalmente sem recursos, o ferreiro e sua filha decidem dar a ele parte de suas próprias economias, mentindo que a receberam de Rita Preciosa. João da Cruz também

acompanha Simão em várias das investidas ao encontro de Teresa, inclusive salvando-o da morte e participando de tiroteios em seu favor contra os asseclas de Baltasar.

É certo que, em alguma medida, pode-se atribuir a esse laço o afeto que Mariana devota a Simão. Poderíamos também pensar numa espécie de subserviência do artesão em relação ao jovem nobre, que o levaria até mesmo a sentir-se desconfortável em causar constrangimento a Simão ao oferecer-lhe ajuda financeira, e, portanto, mentindo sobre a origem do dinheiro. Em dado momento, porém, João da Cruz conta que fora condenado à forca, e que ao ouvir de outro preso que Domingos Botelho era devoto das Sete Dores de Maria, na primeira oportunidade interpela o corregedor, rogando-lhe, pelas mesmas Sete Dores, que o tirasse daquela situação. O magistrado, acreditando na coincidência, ocasiona no dia seguinte a sua absolvição. João da Cruz afirma, portanto, estar ajudando Simão em retribuição ao fato de seu pai ter-lhe livrado da forca. Esse episódio, além de adicionar a Domingos uma crença predileta bem ao gosto português, pode funcionar como paralelo da condenação de Simão, sendo que em ambos os casos temos homens poderosos que intervêm em julgamentos — e até modificam condenações — através de sua influência.

Gostaríamos de acrescentar, como última consideração, uma breve comparação do percurso de Simão com o de seu irmão, Manuel Botelho. Manuel inicia como um “bom filho”, depois acaba deixando a universidade para fugir e viver durante um ano com uma mulher casada. Após a descoberta e intervenção do pai, retoma os estudos e a aceitação paterna sem maiores consequências.

A trajetória de Simão e de seu amor por Teresa pode ser vista como o oposto dessa aventura. Após ser expulso da universidade, retornar a Viseu e apaixonar-se por Teresa, o rebelde Simão se torna inicialmente mais pacífico, reconcilia-se com a família e retorna aos estudos com a intenção de um dia atingir renome e posição que o permitam sustentar dignamente aquela que pretende desposar. Nas palavras do narrador, torna-se um “acadêmico convertido aos deveres, à honra, à sociedade e a

Deus, pelo amor” (CASTELO BRANCO, 1973, p. 25). Essa “conversão”, no entanto, encontra um obstáculo na richa pessoal que torna Domingos Botelho decididamente contrário ao seu amor por Teresa.

O que queremos ressaltar, comparando os percursos desses personagens, é o modo como Manuel tem um momento de impulsividade, vive uma aventura amorosa com uma mulher casada, mas respeita com submissão a intervenção do pai e é acolhido de volta pela família e pela sociedade. A família e a sociedade cujo discurso condena a fuga e o adultério, mas que no fundo está disposta a perdoar um rompante juvenil, contanto que o jovem se mostre disposto a tornar a “dançar conforme a música”.

Ainda que se possa atribuir a Simão alguma medida de resignação, ele se nega a assumir a postura resiliente de Manuel, preferindo o degredo permanente à pena de dez anos conseguida como atenuante pela influência do pai:

Quando intimaram a Simão Botelho a decisão do recurso e a graça do Regente, o preso respondeu que não aceitava a graça; que queria a liberdade do degredo; que protestaria perante os poderes judiciários contra um favor que não implorara e que reputava mais atroz que a morte (CASTELO BRANCO, 1973, p. 120).

Seja como for, não é nossa intenção esgotar aqui a multiplicidade de reflexões suscitadas por esse personagem. Procuramos apresentar apenas alguns aspectos de representação da sociedade portuguesa que acreditamos estarem presentes na obra de Camilo Castelo Branco e que, ao nos dirigirmos ao texto tendo em mente sua aura de novela passional, símbolo do chamado ultrarromantismo português, tendem a ser deixados em segundo plano, quando não completamente ignorados. Para isso, voltamos nossa atenção a um número reduzido de situações onde é possível perceber essa representação através do efeito humorístico, especialmente quanto às relações públicas funcionando em favor de interesses pessoais. Sem deixar, no entanto, de ao

menos sinalizar o modo como Simão, em certa medida, busca destoar dessa sociedade, o que acaba por ocasionar-lhe o degredo e, ainda que não diretamente, a morte.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, C. *Amor de Perdição*. São Paulo: Editora Ática, 1973.

HOMEM, A. C. “Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal Contemporâneo” in TENGARRINHA, José. (org.) *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 263-381.

OLIVEIRA, P. M. “Da ficção camiliana como interpretação de Portugal” in FERNANDES, A. G.; OLIVEIRA, P. M. (org.) *Literatura Portuguesa Aquém-mar*. Campinas: Komedi, 2005, p. 135-147.

REIS, C. *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1993.